REVISTA TRANSFORMAR
Centro Universitário São José de Itaperuna
UNIFSJ
ISSN 2175-8255

INDISCIPLINA EM SALA DE AULA: desafio para professor, instituição e família

Douglas Aparecido Dopp[1]
Dulce Helena Pontes-Ribeiro[2]

RESUMO: A indisciplina no contexto escolar é o objeto de estudo deste trabalho que objetivou indagar sobre o conhecimento e a habilidade do professor para lidar com alunos indisciplinados do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Partiu-se desta questão-problema: que conhecimentos e atitudes são imprescindíveis aos docentes para administrar questões indisciplinares dos alunos em sala de aula, visando a um relacionamento professor/aluno favorável ao ensino e aprendizagem? São transtornos que entravam o trabalho do professor e sua relação com os alunos – justificativa da realização deste estudo. Sustentou-se a hipótese de que o comportamento e as atitudes do professor são mais condizentes com procedimentos de imposição do que com a aplicação do diálogo nessas adversidades. Emergiram perguntas investigativas cuja busca de respostas – fundamentadas principalmente nos autores Vasconcelos (2009), Estrela (2002) e Parrat-Dayan (2009) – contribuiu para a elucidação do problema. Concluiu-se a urgência de que os professores revejam sua postura em sala de aula e investiguem meios para agirem com liderança e não com autoritarismo. Família/escola/professores/alunos têm responsabilidades inalienáveis nesse processo.

Palavras-chave: Autoritarismo. Diálogo. Liderança. Relacionamento interpessoal.

1 INTRODUÇÃO

Um dos temas mais debatidos no âmbito escolar está relacionado à indisciplina – uma constante que tem gerado bastante polêmica atualmente. Como são inúmeras as causas, dificilmente se chega a um consenso sobre como lidar com a questão. Por certo, sua natureza ultrapassa os liames da instituição escolar por relacionar-se a ambiente familiar, social, cultural e outros. Seja como for, a indisciplina tem usurpado espaços cada vez maiores na escola, confundindo valores

[1] Mestre em Ciências da Educação (Universidade Americana-PY), Especialista em Musculação e Treinamento de Força (UGF) e em Metodologia em Treinamento de Futebol e Futsal (UGF), Graduado em Educação Física (UNIVERSO). Atualmente é professor no curso de Graduação em Educação Física (FASAP), da Rede Pública Estadual de Ensino (RJ) e da Rede Particular no Ensino Médio (FSJ). E-mail - douglasdopp@gmail.com.
[2] Doutora em Língua Portuguesa (Uerj), Mestre em Educação (UCP), Especialista em Língua Portuguesa (FAFITA) e Graduada em Letras (FAFITA). Atualmente é professora do Curso de Letras, História e Enfermagem. É também Coordenadora do Centro de Pesquisa (CenPE), do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: dulcehpontes@gmail.com.

como respeito, ética, cidadania e outros tantos indispensáveis a um convívio amistoso. Alguns autores atribuem o fenômeno à influência da família, da escola, dos professores e dos colegas como fatores primordiais que levam alunos a serem indisciplinados.

Os desafios são diários nas escolas públicas e privadas. São dos mais variados graus de ensino, até mesmo do ensino superior, afetando invariavelmente as práticas exercidas pelos professores, provocando-lhes estresse, inquietação, incerteza, frustração, angústia, impotência, humilhação e desejo de abandonarem o magistério. (VASCONCELOS, 2009; ESTRELA, 2002; PARRAT-DAYAN, 2009). Em face dessas circunstâncias, evidencia-se a necessidade premente de se deslindarem as controvérsias indisciplinares no âmbito escolar, de compreendê-las e sugerir alternativas de intervenção – o que **justifica** este trabalho. Afinal, não têm sido casos esporádicos a perturbarem a escola; pelo contrário, os distúrbios escolares e sua complexidade instauram-se no cotidiano da sala de aula.

Imersos nessas condições, levanta-se este **problema**: que conhecimentos e atitudes são imprescindíveis aos docentes para administrar questões indisciplinares dos alunos em sala de aula, visando a um relacionamento professor/aluno favorável ao ensino e à aprendizagem? De antemão, pode-se afirmar que o comportamento e as atitudes do professor em sala de aula são mais condizentes com procedimentos de imposição e menos condizentes com a aplicação do diálogo com os alunos na resolução dos conflitos indisciplinares – **hipótese** sustentada nesta investigação a partir da qual se delineia este **objetivo**: indagar sobre o conhecimento e a habilidade do professor para lidar, em sala de aula, com alunos indisciplinados.

Em meio a tal contingência, afloram perguntas e mais perguntas: Como agir? É caso perdido? Vale a pena lutar? Que contribuições cabem aos docentes para a superação indisciplinar? Quais os limites de intervenção diante de situações de indisciplina? Já se sabe que não há respostas mágicas, ou mesmo preestabelecidas, para tais questões; há, contudo, investigações que apontam para algumas direções favoráveis para o enfrentamento do problema.

2 PAPEL DO PROFESSOR EM SALA DE AULA

Mesmo com suas limitações, em geral, os professores exercem muita influência sobre seus alunos, podem lhes dar grande contribuição em suas vidas. Nesse sentido, não devem se restringir à mera transmissão de conteúdos programados; precisam frequentemente refletir sobre atitudes que dificultam o relacionamento interpessoal. Professores focados apenas em conteúdos não priorizam o aluno como um ser afetivo, o que pode gerar falhas na disciplina.

É um problema que não se resolve com autoritarismo; deve ser analisado desvinculado do poder abusivo do professor, o qual precisa constantemente rever os próprios conceitos em relação à sua autoridade e à sua formação acadêmica. Entende-se que, por mais que se tenha o desejo de aspirar à excelência no magistério, não se chega às alturas de um modelo exequível. (MORALES, 1998). Mesmo sabendo que a perfeição é inatingível, o profissional deve persegui-la o tempo todo. Tal aspiração costuma vir envolvida de ética e afetividade no exercício da profissão.

Para Vasconcelos (2009, p. 165), “cabe ao professor honrar esse investimento ético e afetivo do aluno sobre ele. Por meio disso, o professor também resgata seu valor, seu poder, sua importância e cria uma rede de apoio para a prática pedagógica em sala de aula”. Assim assevera o autor:

> [...] nem sempre temos as condições objetivas necessárias; mas não podemos deixar de constatar também a falta de instrumento adequado de intervenção, por isso, acredita-se na necessidade de o docente “estar integrado à ação”, o que pede dele métodos que visam o docente a não atuar na base do improviso; a sair do hábito alienado; a apropriar-se mais intensamente de seu trabalho; a construir sua autonomia. (VASCONCELOS, 2009, p. 41).

Segundo o autor supracitado (2009, p. 42), o comportamento humano, no caso do professor, deve ter como foco o seguinte: o *conhecimento da realidade* para poder interagir e se posicionar diante dos alunos; a *clareza dos objetivos* para que projete suas intenções e alcance suas metas; um *plano de ação*, para elaboração e prevenção de como mediar situações que acontecerão em sala de aula, como a

indisciplina dos alunos; a *ação* em saber colocar em prática a atitude adequada para o fato corrido; e, por fim, a *avaliação* que será de suma importância para que se possa verificar se todo o procedimento realizado teve êxito na relação com os alunos.

O relacionamento do professor com os alunos em sala de aula, sua atuação, seu modo de agir, suas características, que são de grande importância na aprendizagem, na aquisição de valores, têm muito a ver com sua relação social e cultural. Ao desempenhar suas funções, o professor, como afirma Machado (1995), tem um papel importantíssimo, pois suas ações e atitudes têm possibilidades de transformar seus alunos, intervindo no caráter deles. Ao transferir conhecimentos, em todos os aspectos – físicos, motores, psicológicos, sociais, culturais e, principalmente, afetivo –, o professor, por mais que seu papel ainda não se encontre valorizado e totalmente definido, tanto da escola quanto da sociedade, interfere sobremaneira na formação do aluno. (CUNHA, 2000).

Para a transmissão do conhecimento e o controle disciplinar, conforme Parrat-Dayan (2009), é necessário o professor procurar compreender qual a sua tarefa ou função em sala; fazer com que o aluno obtenha aprendizado através do seu próprio comportamento; ter muita atenção no momento de definir como será a proposta a se transmitir em sala de aula. Já de acordo com Haydt (1995, p. 63), o professor em sua prática docente deve ter, como uma das funções básicas, *a função incentivadora* para a aprendizagem, isto é, deve despertar em seu aluno a curiosidade e a mobilização de criar sua melhor forma de aprender. Também é básica a *função orientadora* por ajudar o aluno a construir seu próprio conhecimento.

> O fato de o professor estar inteiro em sala de aula – tanto quanto possível – favorece o despertar do aluno; a sua incerteza ajuda a construir a do outro. Estando presente, disponível, poderá sair de si, observar os alunos e assim captar suas necessidade, a dinâmica do coletivo, e melhor interagir. (VASCONCELOS, 2009, p. 223).

Corroborando a afirmação acima, Morales (1998) considera “necessário sublinhar a importância de como vemos a nós mesmos, como concebemos nosso papel de professor (funções, condutas esperadas). Isso é importante como algo

sobre o que podemos fazer os outros refletir". O autor adverte para o fato de que os professores podem ter uma visão de meros *ensinadores*, não valorizando a relação humana, imprescindível na relação professor/aluno. Por sua vez, Amado adverte:

> [...] ao professor são exigidos os conhecimentos, atitudes, valores e ações indispensáveis à criação de condições necessárias ao desenvolvimento intelectual, afetivo e social do aluno – e se isso passa por uma grande *capacidade de ensinar*, não deixa de passar também por uma grande *capacidade de atuar com humanismo*. (AMADO, 2001, p. 412).

Nas funções do professor, conforme Tura (2000), "o exercício de descentramento é fundamental: sair do próprio umbigo! Ver e ouvir os educando. Lamentavelmente, há entre os educadores muito ouvido indisponível e muito olhar que não quer ver". Um professor indiferente ao processo de ensino-aprendizagem ou um chefe autoritário não são bem-vindos à sala de aula, mas sim um professor que aja com autoridade e liderança – características que discutiremos nas subseções seguintes.

2.1 Autoridade

Percebe-se que na relação humana do processo educativo em que o professor está contextualizado, algumas ações como mau humor, desrespeito, ofensas, cinismo, autoritarismos precisam ser excluídas do relacionamento com o aluno. Segundo Koehler (2008), nessa condição humana, o ensino, seja na condição individual seja na condição coletiva, é um desafio que está comprometido com a ação pedagógica e que carece de proporcionar um vínculo saudável na relação interpessoal.

É sabido que o papel do professor – como orientador das interações educativas em sala de aula e do processo de construção social do conhecimento – requer flexibilidade para solucionar situações de conflitos na relação aluno/aluno, para a concretização positiva da turma. Além disso, fazem-se necessárias a competência e a habilidade interpessoal, como também a percepção imediata de quaisquer empecilhos a um bom clima em sala de aula. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999).

Na relação pedagógica, o professor precisa ter firmeza para poder se integrar, para que em alguns momentos, também, se necessário, deslinde situações conflitantes que atrapalham o relacionamento, sem a necessidade de se mostrar superior; pelo contrário, mantendo-se em condições de dialogar, transformando a situação conflituosa em participação ativa e coletiva.

Em determinados contextos, na função de professor, é preciso ser persistente nas decisões, mesmo que contrárias às expectativas trazidas pelos alunos para dentro de sala de aula. São ocasiões típicas de se mostrar convicto e seguro de suas propostas, enérgico na fala permeada de novos elementos para que o aluno perceba que existem outras possibilidades que vão de encontro aos seus desejos momentâneos, mas que se fazem imprescindíveis à aprendizagem. A qualidade do professor, portanto, deve estar vinculada às suas funções na relação professor/aluno, com um sentimento que proporciona uma ligação afetiva, totalmente distanciada de fatos que ficam marcados negativamente no relacionamento de ambos. Além disso,

> Ser um especialista da aprendizagem supõe saber mobilizar conhecimentos em ciências humanas para interpretar, de maneira justa, as situações vividas em sala de aula e para se adaptar aos diferentes públicos escolares e também implica dominar saberes disciplinares e interdisciplinares [...] (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 113).

Discorrendo sobre a ação pedagógica, Vasconcelos (2009) adverte sobre o tipo de professor que é totalmente convicto de suas ações práticas e de maneira alguma admite ser questionado sobre elas. Isso demonstra um comportamento autoritário. O fato de não rever suas práticas está sujeito a provocar, em seus alunos, prejuízos durante o processo educativo; pode ainda implicar a questão da indisciplina em sala de aula.

Dani (1999, p. 89), quando descreve sobre a disciplina, demonstra a intencionalidade do professor, pois acredita que a intenção desse profissional tem como meta o preparo do aluno para que possa ser inserido em um contexto social. Essa intenção pode ser demonstrada, não raro, pela imposição, por uma postura de autoritarismo. De acordo com Parrat-Dayan (2009), essas intenções – muitas vezes

consequência dos procedimentos corriqueiros no cotidiano escolar – não se apresentam produtivas para uma atuação pedagógica. Para a autora, no domínio de ação do professor, deverá ter sempre uma proposta pedagógica, incluindo critérios, regras e, se preciso, negociações e modificações das ações.

O professor precisa tomar cuidado como e quando o seu comportamento contraria a postura de autoridade e passa a ser de autoritarismo – uma prática geradora de conflitos e de mau relacionamento entre professor/aluno. Diante de controle excessivo, ameaças, distorções dos princípios democráticos, o aluno conceberá o professor como um manipulador. Importante lembrar, em momentos como esse, a formação acadêmica dos professores, pois é fato que muitas ações e funções suas dependem de como foi seu processo de formação. Entretanto, há casos em que os professores não aplicam o conhecimento adquirido na formação quando se veem diante do inusitado, em que a ação pedagógica requer, prioritariamente, a observação das características da personalidade dos alunos.

Quando se discorre sobre atitudes ou comportamentos, funções, papel do professor, convém, antes de tudo, atentar-se para o fato de como o professor é visto pelos alunos. É comum se ter o discernimento na teoria, mas na prática confunde-se autoridade com autoritarismo. A autoridade é um grande desafio para o professor. Requer dele a análise do espaço de atuação, o entendimento da verdadeira realidade de cada contexto e, principalmente, o conhecimento das características de cada turma, para que possa exercer com coerência suas funções de educador. O conceito de autoridade, segundo alguns autores, significa direito ou poder de obedecer, tomar decisões, dar ordens e ainda indica uma atitude que faz o outro crescer. Também “[...] podemos compreender autoridade no seu sentido mais radical e transformador que é a capacidade de fazer o outro autor”. E mais: “[...] não existe autoridade em si: a autoridade se define sempre em contextos históricos concretos”. (VASCONCELOS, 1997, p. 248).

Na concepção de Araújo (1999), o conceito de autoridade se divide em *autoridade autoritária* e *autoridade por competência*. A primeira está vinculada ao uso de violência e força; já a segunda se associa à admiração dos alunos pelos professores no tocante a relacionamento, competência, companheirismo, respeito

gerados pelo ambiente de convivência saudável. Nesse sentido, considera-se o professor um criador de vínculo de respeito mútuo, alguém que consegue demonstrar autoridade por competência. Com isso, acredita-se que, com essa forma de se relacionar, o professor se mostra aberto às ideias de seus alunos, gerando relações democráticas e respeitosas. Na contramão dessa linha de pensamento, está o autoritarismo, gerador de insatisfação e indisciplina. A propósito,

> A escola deveria ter um ambiente cooperativo e não um ambiente de obediência ao professor. E, ainda que não seja fácil estabelecer um ambiente escolar totalmente livre de autoridade, é possível reduzir a autoridade do adulto a partir do respeito mútuo de tal forma que as crianças possam participar da organização das regras e decisões da escola. (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 83).

Seguindo os preceitos do autor acima, pode-se contribuir para a aquisição da competência do aluno. Tarefa difícil, de longo processo, de muitas contradições, de difíceis decisões. Entretanto, se são ignorados os anseios dos alunos, é bem provável que se instaure neles o desinteresse pelas aulas e se crie em sala de aula um contexto favorável à indisciplina. No processo educativo, não convém negligenciar responsabilidade, autoestima e esforço dos alunos. É imprescindível estar atento a comportamento dos discentes ao definirem regras, critérios, pois, de alguma forma, neste relacionamento, é possível distinguir ações e atitudes que demonstram o perfil de cada aluno. Conhecendo mais profundamente a turma, haverá mais facilidade de manter um ambiente adequado à aprendizagem.

Quando o professor está inteirado, pode ser que haja alunos disciplinados em suas aulas, e indisciplinados em outras nas quais o outro professor não tem o mesmo comprometimento. O professor assim engajado consegue estabelecer vínculos de confiança através do diálogo, resgatar a afetividade entre todos da turma; consegue, pois, em muitos momentos, solucionar democraticamente conflitos corriqueiros inerentes a qualquer convívio. No processo de relacionamento em que há a percepção sobre o domínio do conhecimento, a confiança do aluno para com o professor como autoridade pode facilitar o controle da disciplina em sala de aula. (D'ANTOLA, 1999).

Em geral, cobra-se do professor posições de uma educação formativa e, junto a isso, exige-se dele uma ação rigorosa. Para que tal controle seja facilitado, torna-se necessário que ele, na posição ou postura de autoridade, demonstre sabedoria nas decisões tomadas em caso de uma ação indisciplinar do seu aluno, pois uma atitude infeliz pode causar situação constrangedora, desagradável. Por isso, a discussão sobre autoridade e autoritarismo é sempre relevante. Haydt (1995, p. 62) afirma que "o bom senso do pedagógico nos mostra que a autoridade do professor é um fato, pois ela é inerente à sua própria função". Para Rego (1996), as ações indisciplinares que vêm ocorrendo no dia a dia do contexto escolar estão relacionadas à falta de autoridade do professor e também ao seu comportamento, autoritário/discriminador. Nesse caso, é imprescindível buscar soluções, já que o professor é a ligação entre a sociedade e a criança.

É comum, sem perceber, o professor valer-se de privilégios de suas funções, como, ditar normas, fiscalizar e principalmente determinar os critérios que serão aplicados no decorrer das aulas. Agir assim com frequência torna autoritária a sua figura e deixa o aluno em posição submissa – modelo obsoleto e passivo de críticas. (ESTRELA, 2002). Ao contrário, espera-se que ocorra um relacionamento em que professor e aluno vivenciem responsabilidade, cooperação, autonomia e, automaticamente, a inserção deste como centro do processo. Se, como afirma Parrat-Dayan,

> Antes, o respeito do aluno era a submissão e a obediência a um superior na hierarquia escolar. Hoje, o respeito ao professor não costuma ser resultado do medo ao castigo, mas da autoridade que ele possui como profissional. O professor de hoje não é aquele que deve fazer com que se cumpram as ordens, repressivo e castrador, mas um profissional com múltiplas e novas tarefas. (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 65).

Na relação professor/aluno, em que a autoridade pode ser compreendida como um vínculo e também como uma relação entre pessoas desiguais, torna-se importante o papel do professor no desenvolvimento de suas funções, como a demonstração da afetividade para que o aluno não se sinta excluído e se torne indisciplinado. Autoritarismo não; autoridade sim.

Importante elucidar que autoridade não deve ser confundida com expressão emocional de poder do professor. Diante de ações indisciplinares no contexto escolar, tal confusão demonstra uma autoridade ilegítima, causadora de constrangimento, desobediência, desrespeito – uma circunstância que pode dificultar a aprendizagem dos alunos e resultar em indisciplina. Enfim, é preciso que o professor tenha certeza de que os alunos o reconheçam como autoridade em sala de aula e não tenha que usar de atitudes de autoritarismo advindas de uma atribuição do passado.

Com a postura de autoritarismo no relacionamento professor/aluno, por certo, existirão conflitos. Se o aluno não reconhece a autoridade, o professor não será bem-sucedido nas ações, mesmo que tente controlar, prevenir manifestações indisciplinares. É, pois, a partir de autoridade orientadora e incentivadora o caminho para alcançar os objetivos propostos, especificamente em relação à disciplina em sala de aula. (VASCONCELOS, 2009).

Ciente de que o aluno é um sujeito em formação, o profissional da educação precisa agir com autoridade, seja para orientar a turma, seja para se opor ao que compromete a constituição da personalidade de cada um. Quando ele não consegue se comportar devidamente, deixa de ser uma referência e fica impossibilitado de desenvolver em seu aluno uma personalidade livre e democrática. Nesse caso, será necessário buscar a legitimação da autoridade através do diálogo com alunos, pais e gestores, para que possa superar essa falha, que pode ter se originado do medo de exercer as suas funções.

Em tese, o profissional comprometido com a educação consegue utilizar meios que levam a uma formação de amadurecimento de seus alunos, e não simplesmente à satisfação de seus anseios pessoais. Dessa forma, a autoridade se sobrepõe à indisciplina e possibilita a aproximação de um relacionamento afetivo no contexto educacional e social. Se desafiar a autoridade é um comportamento inerente ao desenvolvimento do ser humano, conhecer os limites da própria liberdade de ação também o é.

Portanto, para o professor conseguir tornar seus alunos capazes de pensar e atuar com critério próprio, com capacidade de tomar decisões livres e adequadas, é

necessário reforçar sua capacidade de autocontrole e autorregulação, seu papel de educador – responsável por transmitir conhecimento e formar cidadãos. É necessário, em suma, que o professor seja um líder.

2.2 Liderança

Os estudos dirigidos por Kurt Lewin, Lippit e White identificam três tipos de líder. O primeiro é o *líder autoritário* ou *autocrático*: concentrador do poder, diretivo e controlador; comporta-se como se não houvesse grupo, intervindo apenas para direcionar o trabalho ou orientar somente diante das dificuldades apresentadas por alguém, valorizando a disciplina, a obediência e a eficiência. O segundo tipo é o *líder democrático* ou *participativo*: preocupado em manter o grupo como centro e a partir disso fomentar a participação e a tomada de decisões dos membros; seu poder reside no grupo e não em si próprio. Ao surgir um problema, o líder democrático sugere algumas alternativas, dá liberdade ao grupo para escolher a ideal. O terceiro, o *líder laissez faire* ou *concessivo liberal*: distribuidor das funções de liderança, delegando autoridade à equipe. O *líder laissez faire* passa a ser um sujeito passivo, deixando a critério dos membros como devem atuar. Tal postura pode resultar em liderança negligente e fraca, pois falhas e erros podem passar despercebidos. (PARRAT-DAYAN, 2009, p. 71).

Hunter (2004) concebe a liderança como a habilidade de influenciar pessoas, visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum. Segundo Chiavenato (1999, p. 558), ela é caracterizada por quatro elementos: a influência, a situação, o processo de comunicação e os objetivos a alcançar. Para Bergaminni (apud DIAS, 2006), a liderança, em primeiro lugar, está “ligada a um fenômeno grupal, isto é, envolve duas ou mais pessoas. Em segundo lugar, trata-se de um processo de influenciação exercido de forma intencional por parte dos líderes sobre seus seguidores”.

Tem-se percebido que muitos autores chegam à conclusão de que liderança se define de várias formas, mas quase todos a concebem como o ato de influenciar, motivar, proveniente da qualidade do ponto de vista da pessoa e de sua habilidade

para motivar os outros a ter um bom desempenho. Em toda organização existe liderança. O ser humano sente necessidade de viver em grupo e de ter alguém que se apresente com um perfil que, de certo modo, busca atingir o objetivo comum. Convém esclarecer que liderança não quer dizer posição de privilégios. Liderança é a competência de motivar e influenciar um grupo com ética de modo que os membros contribuam voluntariamente e com entusiasmo para um fim comum. Liderança é a confiança que o líder transmite a um grupo de pessoas de forma a torná-lo uma equipe que atua em prol de resultados. Para se conquistar a confiança é preciso praticar as palavras que são ditas de modo íntegro e manter coerência entre falar e agir.

Percebe-se que, para desenvolver o papel de líder diante dos alunos será necessário ao docente adquirir algumas características importantes. Para Hunter (2004, p. 32), uma boa liderança necessita, além de confiança, de outras características como: honestidade, bom exemplo, cuidado, compromisso, atitude positiva e entusiástica. É preciso saber encorajar as pessoas e, principalmente, gostar delas. No caso do docente, deve ter como proposta influenciar no relacionamento professor/aluno as atividades individuais e grupais em sala de aula, procurando atingir metas preestabelecidas. Seu papel é orientar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo ações que possam amenizar ou suprir lacunas; tornar eficazes os pontos fortes dos alunos e irrelevantes os pontos fracos. Não deve negligenciar a disciplina, sem a qual não se efetivam ações profícuas em sala de aula nem se estabelece uma amistosa relação professor/aluno.

Cobra-se do professor de hoje a inserção neste contexto, pois só assim ele consegue gerenciar com responsabilidade, respeito, motivação. Ele já não é mais o dono absoluto da verdade, como se pensava no passado. Agora, precisa saber ouvir, liderar, planejar, procurando envolver a participação de todos os membros deste cenário. A participação efetiva dos incluídos neste processo resulta em benefícios emocionais, psicológicos e sociais para alunos e toda a comunidade escolar. Para Hunter (2004, p. 52-53), o papel do professor é “servir, identificar e preencher as necessidades dos seus alunos”.

Sabe-se que existe a possibilidade de se encontrarem em algumas escolas diversos tipos de liderança exercida pelos professores, cada qual atuando com suas competências, procurando definir ações estratégicas em harmonia com a proposta escolar em que atua. Sendo assim, entende-se que, para tornar a escola um espaço efetivo de formação de indivíduos autônomos, conscientes do exercício da cidadania, é preciso desenvolver um trabalho focado em um processo democrático. Nesse cenário, é decisiva a importância da interação em sala de aula de forma que o professor não só demonstre segurança em seus objetivos como também sapiência na utilização e direção de estratégias para que a aprendizagem ocorra, a disciplina se instaure e o aluno seja valorizado.

O ensino-aprendizagem acontece naturalmente quando o professor consegue fixar regras, ser firme nas atitudes, valorizar a interação, tratar o aluno com respeito, sem cometer injustiças e sem cair no autoritarismo nem na permissividade – atitudes nocivas no relacionamento. O caminho é dialogar, realizar o *feedback*, ressaltar situações que precisam melhorar e, principalmente, colocar-se no lugar do outro – procedimentos simples, necessários e importantes para um líder.

> Ao assumir posição de liderança, o sucesso passa a consistir em promover o desenvolvimento dos outros. Agora, seu propósito é tornar as pessoas que estão ao seu alcance, mais inteligentes, mais completas e mais ousadas. Nada mais que você faz como indivíduo é importante, exceto a maneira como você fomenta e sustenta seu grupo e ajuda seus alunos a aumentar a autoconfiança. (WELCH, 2007, p. 12-13).

Drucker acrescenta que, para confiar no líder, não é preciso concordar em tudo com ele, pois

> Confiança é a convicção de que o líder fala sério. É a crença em sua integridade. As ações de um líder e suas crenças professadas devem ser congruentes, ou ao menos compatíveis. A liderança eficaz não se baseia em ser inteligente, ela se baseia principalmente em ser consistente. (DRUCKER, 1996, p. 75, apud GRUBER, 2007).

Cumpre esclarecer que *líder* distingue-se de *chefe*. A incumbência deste é a de realizar determinadas tarefas dentro de uma organização e, para o cumprimento

delas, dirige um grupo de pessoas, munido de autoridade para impor e exigir obediência. Na relação professor/aluno, quando o professor se comporta como chefe, não ocupa espaço sem autoritarismo, complicando sobremaneira as relações no contexto escolar. Já a incumbência do líder é de conduzir grupos de pessoas em determinado processo inspirando-as a derrubar bloqueios, a desatar nós, para alcançar resultados satisfatórios. Enfim, o lider orienta, o chefe comanda.

3 CONCLUSÃO

Certamente, mudanças abruptas ocorridas no mundo, em nossa sociedade, no ambiente familiar e também no contexto educacional, têm levado muitos alunos a tomarem atitudes abomináveis dentro de sala de aula, proporcionadas por tais transformações. Dentre elas, sobressai ordinariamente a indisciplina. Nessa contingência, a todo instante a postura do professor é colocada em cheque. Suas reações aos atos indisciplinares geram mais indisciplina ainda. Render-se a essa situação, ainda que lamentável, tem sido o caminho de muitos profissionais da educação. Urge, pois, a busca de soluções para o quadro de rebeldia instaurado. A falta de regras e o tumulto nas salas de aula clamam por alternativas de estruturação de um ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem, permeado pela ética e pelo respeito mútuo (professor/aluno e aluno/aluno).

Em decorrência dessa conjuntura vivenciada em especial pelo professor regente de turma, que participa efetivamente dos atos escolares, surgem surpresas e tomadas de decisão que amiúde o desorientam. Isso porque grande parcela desse profissional não sabe lidar com o aluno de hoje, tão diferente do aluno de outrora; não sabe discutir questões essenciais que configuram o aluno moderno; hesita na compreensão e/ou repressão dos envolvidos em atos insubordinados. Na dúvida, há os que optam por ignorar os indisciplinados em face da falta de perspectiva de mudança desse *status quo* que tem levado profissionais competentes (no sentido de conhecimento da disciplina que lecionam) a abandonarem a sala de aula ou a permanecerem nela sem esperança, como se não houvesse solução.

Chegar a um consenso sobre como atuar frente a uma ação indisciplinar não é tarefa simples, ainda que as instituições, de um modo geral, venham discutindo esse tema com bastante frequência. Naturalmente o cerne do problema muitas vezes transcende os muros escolares. Seja qual for sua origem, a situação tem tido efeitos danosos a todos os envolvidos quer na escola pública quer na escola privada, em todos os níveis de ensino.

Além de haver pouco incentivo interno nas instituições de ensino, a formação profissional do professor não tem sido suficientemente competente para atuar em situações indisciplinares, pois os professores necessitam não apenas de conteúdos (cognitivos), mas também saber intervir e se relacionar, por meio da interação (valores, atitudes e afetividade). Diante desse quadro, conclui-se a necessidade desses profissionais reverem sua postura em sala de aula (que tipo de reação eles têm apresentado diante de atos indisciplinares) e a busca de meios para que a sua imagem se apresente com perfil de liderança, e não de autoritarismo. Só assim podem compreender o aluno, respeitá-lo, ouvi-lo, criar vínculos e, até mesmo, acalmar a rebeldia instaurada.

Conclui-se que é de grande importância investir em um melhor relacionamento interpessoal, com a proposta de os alunos se interessarem pelas aulas. Algumas das formas de solucionar questões indisciplinares, sem dúvida, são aulas mais motivadoras, mais habilidade do professor em lidar com os alunos, instauração de um clima agradável em sala de aula e, por fim, abordagens metodológicas coerentes e eficientes.

Diante de ação reincidente, há necessidade de o professor ter consciência e conhecimento de que o diálogo deve ser de grande utilidade como ação preventiva. Este entendimento possibilita melhor relacionamento nas relações em sala de aula. Nesse sentido, o diálogo se destaca como fator preponderante na relação pedagógica, como ação afetiva, com o poder de transformar situações conflitantes em participação dinâmica e grupal. Com isso, todos têm oportunidade de se expressarem, demonstrando um contexto democrático. Emerge, assim, uma situação em que o autoritarismo não tem espaço.

Procurando responder às questões iniciais, percebe-se que a questão da indisciplina não é da alçada apenas do professor, mas da instituição e da família também. Projetos, reuniões, palestras, enfim tudo que envolve a participação da família na escola traz resultados animadores em relação a situações conflituosas. É possível, assim, resgatar valores e conscientização das famílias na formação da conduta dos alunos.

É essencial que o professor contribua para o desenvolvimento cognitivo (processo de aquisição de conhecimentos sobre o mundo no decorrer da vida) e para uma consciência crítica e transformadora de seus alunos, contemplando temas relacionados à moral, ao respeito, à justiça, ao diálogo e à solidariedade. É preciso internalizar não só os aspectos cognitivos como também os afetivos com foco na formação do caráter, no desenvolvimento da personalidade e na construção da cidadania do aluno em meio a um contexto de boa convivência, de autodisciplina e de limites, os quais devem ser uma prática frequente na sala de aula.

Não se quer exigir do professor a perfeição, mesmo sabendo que ele é um influenciador de ideias quando não age com autoritarismo, mas com ética, afetividade e cidadania. Entretanto, espera-se que ele conheça a realidade, tenha claros os objetivos que pretende alcançar e o respectivo plano de ação e, finalmente, que avalie se o processo de ensino-aprendizagem caminha a contento. Sua função é incentivar e orientar com humanismo e flexibilidade seus alunos na construção do conhecimento para o convívio em sociedade.

REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. **Interacção pedagógica e indisciplina na aula.** Porto: Asa, 2001.

ARAÚJO, Ulisses F. de. Respeito e autoridade na escola. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CUNHA, M. V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

DANI, L. S. (Org.). **Cenas e cenários**: reflexões sobre a educação. Santa Maria: Pallotti, 1999.

D'ANTOLA, A. Disciplina Democrática na escola. In: D'ANTOLA, A. (Org). *Disciplina na Escola*: Autoridade versus Autoritarismo. São Paulo: EPU, 1999.

DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. **Psicologia das Relações interpessoais.** Petrópois: Vozes, 1999.

DIAS, Ediléia Boechat. **Liderança**: Uma Ferramenta na Maximização de Resultados. (monografia 2006). UNIG. Universidade Iguaçu, Itaperuna/RJ, 2006.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 4. ed. Portugal: Porto, 2002.

GRUBER, Lucianne Secco. **Liderança:** Habilidades e Características do Líder numa Organização Bancária. Um Estudo de Caso. (2007). Disponível em: http://www.teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7616.pdf. Acesso em 24 de abril de 2013.

HAYDT, Regina Célia Cazux. **Curso de Didática Geral.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Violência Psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor aluno**. In. La nueva alfabetización: un reto para la educación del siglo XXI. 2008. Disponível em http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacopraxispedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSORALUNO/violencia%20psicologica%20%20um%20estudo%20do%20fenomeno%20na%20relacao%20professor-aluno.pdf acesso em 31 de janeiro de 2013.

MACHADO, A. A. Interação: um problema educacional. In: DE LUCCA, E. **Psicologia educacional na sala de aula**. Jundiai: Litearte, 1995.

MORALES, Pedro. **A relação professor aluno o que é, como se faz**. São Paulo. Loyola, 1998.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2009.

REGO. T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TURA, Maria de Lourdes. **O olhar que não quer ver:** história da escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Indisciplina e disciplina escolar**: fundamentos para o trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2009.

WELCH, Jack. **Paixão Por Vencer As Respostas**: 76 fatores críticos para o sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.